



## COMITESINOS

### 2ª Reunião Ordinária/2017

11 de maio de 2017

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

#### PAUTA:

- 1) Abertura;
- 2) Apresentação do Pré-Diagnóstico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande do Sul – ZEE/RS, de responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA;
- 3) Assuntos gerais.

#### Entidades presentes

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, SEMAE, COMUSA e Prefeitura de Esteio; Drenagem: Prefeitura de Esteio; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha e Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: SINPASUL, AIC Sul e COOPERJA; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Caraá e Câmara de Taquara; Associações Comunitárias: União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom e Instituto São Leopoldo 2024; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, EMATER, SENAI e IRGA; Associações Profissionais: ASAEC e ABES/RS; Organizações Sindicais: SINPROCAN e SIMPO; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Fundação Zoobotânica e Secretaria da Saúde; Órgãos do Sistema: METROPLAN. Demais Presentes: Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SINDIMETAL, Núcleo Araçá-Piranga, CREA/RS, FARSUL, FIERGS, Prefeitura de Ivoti, Prefeitura de São Francisco de Paula, Prefeitura de Parobé, Prefeitura de Rolante, Prefeitura de Novo Hamburgo, Prefeitura de Campo Bom, Prefeitura de Igrejinha, Prefeitura de Riozinho, Prefeitura de São Leopoldo, Prefeitura de Taquara, Consórcio ZEE, Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS e comunidade.

#### Entidades ausentes sem justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: SEMAE e COMUSA; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: Prefeitura de Portão; Drenagem: Prefeitura de Portão; Produção Rural: STR de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara, STR de Caraá e STR de Rolante; Indústria: ACI-NH/CB/EV, CICS-Portão e SINDIQUIM; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Campo Bom, Câmara de São Leopoldo, Câmara de Canoas e Câmara de Estância Velha; Associações Comunitárias: Associação Cultural Marcelo Breuning e Grupo Escoteiro Peregrino; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: ABRASINOS, UNISINOS e Feevale; ONGs Ambientalistas: Projeto Mira Serra, MARH, Grupo Ecológico de Rolante, UPAN e ASTEPAN; Organizações Sindicais: SENGE; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Secretaria de Segurança Pública. Órgãos do Sistema: FEPAM.

#### Entidades ausentes com justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: COMUSA; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN; Geração de Energia: CEEE; Grupo II – Representantes da População - Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: EMATER; ONGs Ambientalistas: Movimento Roessler.

001

#### ATA Nº 03/17 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA

002

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, a plenária do Comitesinos se

003

reuniu às quatorze horas, no Auditório E09005 da Unisinos, município de São Leopoldo/RS,

004

para a realização da segunda reunião ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do

005

Comitesinos, Adolfo Klein, deu as boas-vindas e apresentou a pauta do dia. Valorizou a

006 presença da Secretária de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Maria  
007 Pellini, do coordenador da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, Dr. Ricardo Schinestsck  
008 Rodrigues, dos membros da plenária e demais presentes. Antes da apresentação dos  
009 resultados preliminares do ZEE-RS, Adolfo entregou conjunto de materiais produzidos pelos  
010 Comitesinos através do Projeto VerdeSinos à Secretária Pellini, a quem passou a palavra. 2)  
011 **Apresentação do Pré-Diagnóstico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande**  
012 **do Sul – ZEE/RS, de responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente e**  
013 **Desenvolvimento Sustentável – SEMA:** Ana Maria Pellini, fez a introdução ao tema,  
014 explicando que a cada etapa os dados serão reunidos e disponibilizados para contribuição  
015 social para aprimoramento da base de dados. O ZEE dividirá o território do estado,  
016 considerando gargalos produtivos e potencialidades ambientais, resultando em diretrizes gerais  
017 para planejamento, em consonância com os demais planos municipais, de bacia. Atualmente,  
018 segundo Pellini, os planos são desconexos e dificultam o trabalho dos órgãos de licenciamento,  
019 fiscalização e planejamento. Ao final do processo de elaboração do ZEE/RS, um dos produtos  
020 é um projeto de lei que formalizará tais diretrizes e as legitimará. A fase atual, explicou a  
021 Secretária, é de pré-diagnóstico, depois diagnóstico, prognóstico e zoneamento. A previsão  
022 seria concluir até fevereiro/2018, mas certamente atrasará. Relatou que no caso do Cadastro  
023 Ambiental Rural – CAR, o Rio Grande do Sul estava muito atrasado. Então as federações e  
024 sindicatos resolveram compreender a importância, contrataram profissionais, compraram  
025 equipamentos e fizeram o CAR. Pellini colocou-se à disposição para o posterior debate. Na  
026 sequência, o representante do Consórcio Codex Remote/Acquaplan/Gitec, responsável pela  
027 elaboração do ZEE/RS, engenheiro cartógrafo e mestre em sensoriamento remoto Marlos  
028 Henrique Batista, procedeu com apresentação institucional, marcos legais e resultados  
029 preliminares do ZEE-RS. Marlos iniciou explicando a base legal. Lei Federal nº 6.938/1981, que  
030 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e  
031 aplicação e prevê em seu Art. 9º, o Zoneamento Ambiental como um dos instrumentos da  
032 Política Nacional do Meio Ambiente. Somente em 2002, o Decreto Federal nº 4.297  
033 estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil-ZEE. Segundo  
034 Marlos, o “zoneamento” é a divisão ou distribuição setorial de atividades globais em unidades  
035 menores; divisão de um território em zonas, fixando gêneros e condições de uso do solo, na  
036 busca de desenvolvimento ordenado ou melhor gestão de problemas específicos; divisão de  
037 uma área, região ou país em unidades individualizadas, segundo suas características  
038 específicas (de ordem ecológica, econômica, política, social etc.). Já o “zoneamento ecológico-  
039 econômico” é um instrumento de ordenamento do uso do território com definição de estratégias  
040 de desenvolvimento e níveis de uso dos recursos ambientais, buscando equilíbrio entre  
041 desenvolvimento econômico e a manutenção dos serviços ambientais. O Decreto Federal nº  
042 4.297/2002 prevê escalas (relação entre a medida do objeto ou lugar representado no papel e  
043 sua medida real): para o país, a escala de planejamento recomendada varia de 1:1.000.000 à  
044 1:2.500.000; para os estados, de 1:100.000 à 1:250.000; para os municípios varia de 1:50.000  
045 à 1:100.000. Marlos defendeu que o produto esperado do processo de elaboração do ZEE/RS  
046 é o equilíbrio entre as potencialidades econômicas com as vulnerabilidades naturais. A  
047 execução do ZEE/RS conta com representantes de diversas entidades organizados na  
048 Comissão Estadual do ZEE – CEZEE: Secretarias de Estado e Fundações, além do Conselho  
049 de Recursos Hídricos – CRH/RS, Conselho estadual do Meio Ambiente - CONSEMA,  
050 EMATER/RS, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN e  
051 Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO. O CONSEMA, participa através da  
052 Câmara Técnica de Planejamento, da qual participam: Amigos da Terra, IGRÉ, Projeto Mira-  
053 Serra, UPAN, Sindiágua, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul -  
054 FAMURS, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG,  
055 Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL, Federação das  
056 Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul -  
057 SERGS, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul –  
058 CREA/RS, comitês de bacias hidrográficas, dentre outras. E a Equipe Técnica do ZEE/RS, que  
059 tem a função de coordenação do projeto, é composta por profissionais da SEMA, FEPAM,  
060 Fundação Zoobotânica - FZB e Fundação de Economia e Estatística - FEE, que  
061 operacionalizam a execução dos trabalhos junto ao Consórcio Codex Remote/Acquaplan/Gitec.  
062 O primeiro momento é de acolhimento de dados sobre a realidade atual, mesmo que  
063 extrapolem a seara do ZEE/RS, como dados sociais de segurança e outros. Devem ser  
064 considerados dados ambientais decorrentes da interação homem-meio. A atividade econômica  
065 deve perdurar, mas sem prejudicar o coletivo em benefícios próprios. Marlos explicou que  
066 todas as informações estão sendo lançadas em banco de dados georreferenciado que permite

067 a consulta por tema, por município, selecionando as camadas de informações desejadas. São  
068 fatores condicionantes: Condições climáticas (balanço hídrico climático), vulnerabilidade dos  
069 recursos hídricos (qualidade da água subterrânea, qualidade da água superficial,  
070 disponibilidade hídrica superficial, disponibilidade hídrica subterrânea), vulnerabilidade à erosão  
071 dos solos (grau de coesão/resistência das rochas, grau de maturidade dos solos, índices  
072 morfométricos do relevo, intensidade de precipitação, densidade da cobertura vegetal,  
073 intensidade dos usos da terra), potencial agrícola dos solos (percentual de área apta para uso  
074 agrícola), integridade dos ecossistemas, perda de biodiversidade, áreas prioritárias, espécies  
075 ameaçadas de extinção, áreas de interesse especial para conservação, áreas de interesse  
076 para restauração, áreas protegidas, histórico de ocupação, utilização das terras, estrutura  
077 fundiária, recursos minerais, infraestrutura energética, infraestrutura de transportes,  
078 infraestrutura de telecomunicação, atividades econômicas produtivas, demografia, condições  
079 sociais, patrimônio, comunidades tradicionais, capacidade institucional, capacidade de gestão  
080 municipal, capacidades de articulação interinstitucional. Marlos apresentou alguns exemplos  
081 destes dados para alguns dos municípios da bacia do Rio dos Sinos para ilustrar como  
082 funciona o estudo. O ZEE/RS ocorre em paralelo aos Planos Diretores, aos Planos de Bacia.  
083 São instrumentos distintos. As decisões tomadas pelos Planos de Bacia, por exemplo, a partir  
084 de larga participação social, não são decisões que cabem ao ZEE/RS. No entanto, as revisões  
085 de todos estes diversos instrumentos de planejamento e gestão deverão considerar-se entre si.  
086 Ou seja, a revisão dos Planos Diretores deverá considerar o ZEE/RS, o Plano de Bacia, os  
087 Planos de Saneamento, e assim por diante. A etapa seguinte foi de apresentação de  
088 questionamentos e considerações pelos presentes, através de formulário padrão do processo  
089 de elaboração do ZEE/RS. Juliana Christmann, relações-públicas do Consórcio Codex Remote/  
090 Acquaplan/ Gitec, explicou que o Comitêsinos tem um prazo de trinta dias para encaminhar  
091 contribuições através da página [www.zee.rs.gov.br](http://www.zee.rs.gov.br) ou do endereço eletrônico  
092 [zee@sema.rs.gov.br](mailto:zee@sema.rs.gov.br). Contribuições individuais também poderão ser feitas pelos mesmos  
093 endereços, em até dez dias. Das perguntas encaminhadas por escrito durante a plenária,  
094 algumas não diziam respeito à bacia do Rio dos Sinos. Houve um questionamento sobre a  
095 previsão de revisão do ZEE/RS. Marlos explicou que a previsão legal é de atualização em até  
096 dez anos, mas reforçou que o trabalho do ZEE/RS não termina na elaboração pela consultoria,  
097 que existe uma equipe na SEMA que certamente julgará a necessidade de atualizações  
098 periódicas, sempre considerando que alguns dados são mais dinâmicos e outros nem tanto  
099 (como geomorfologia, por exemplo). Sobre a previsão de implantação de um aeroporto em  
100 Portão, com área já reservada de 2.100 hectares, perguntaram se consta no ZEE/RS. Marlos  
101 explicou que a escala não comporta este detalhamento, assim como não consta também o  
102 aeroporto Salgado Filho (Porto Alegre). Constarão as atividades econômicas relacionadas aos  
103 aeroportos, mas não cabe ao ZEE/RS preterir ou rechaçar qualquer informação relacionada a  
104 este aeroporto. Pellini informou que, na próxima semana, haverá reunião do Governo do  
105 Estado sobre este tema. O estado tem muitos gargalos logísticos que atrasam o  
106 desenvolvimento. Segundo ela, não dentro do ZEE/RS, mas como consequência dele será  
107 possível descer a uma especificidade melhor. Paralelamente ao ZEE/RS, analisarão onde é  
108 possível ter porto e hidrovia, ferrovia. Sobre o aeroporto de Portão, disse que não sabe o que  
109 acontecerá, pois, a discussão é antiga e complexa. Outra manifestação foi sobre a participação  
110 social no processo de elaboração do ZEE/RS, para além dos órgãos já citados e o posterior  
111 controle social. Marlos respondeu que na Câmara Técnica de Planejamento do CONSEMA há  
112 diversas instituições representativas de setores da sociedade. Além disso, estas oficinas  
113 participativas que ocorrerão, minimamente, em cinco grandes momentos, sendo mais de vinte  
114 oficinas agora e sucessivamente nas diferentes etapas, fechando mais de oitenta atividades  
115 públicas até o final do desenvolvimento do ZEE/RS. Nas oficinas de diagnóstico e prognóstico,  
116 destacou Marlos, que a dinâmica será mais participativa do que nesta atual, através do  
117 desmembramento por grupos de trabalho setoriais para discussão. Nas oficinas de pré-  
118 diagnóstico e pré-prognóstico a intenção é expor a metodologia para que a participação nas  
119 etapas de diagnóstico e prognóstico possa ser mais efetiva. Marlos aconselhou que todos  
120 busquem espaço dentro da Câmara Técnica do CONSEMA, através dos representantes de  
121 seus setores. Outra manifestação por escrito foi sobre a Reserva Estadual Padre Balduino  
122 Rambo, localizada no município de Sapucaia do Sul, que vem sendo invadida. A secretária  
123 Pellini, informou que esta área é bastante grande e nobre, tendo sido utilizada para produção  
124 de eucaliptos a serem utilizados pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA  
125 para fabricação de dormentes. Há um processo judicial sobre as invasões, pois segundo Pellini,  
126 existe uma discussão sobre a posse de uma das matriculas que compõe aquela área. O Estado  
127 tem convicção que é dele e um cidadão também diz que parte da área, correspondente a tal

128 matrícula, lhe pertence. O juiz mandou parar qualquer uso para vistoria. Mas enquanto isso,  
129 este cidadão está loteando e vendendo terrenos, o que pode ser observado por qualquer um  
130 que passe na BR116. Pellini afirmou que já denunciaram várias vezes ao juiz, que manda parar  
131 a ocupação, mas a ocupação continua. Há outra parte que tem um loteamento consolidado,  
132 com 400 famílias cadastradas, que não é invasão, mas que o Estado tem tratado com o  
133 município para realocação delas através do “Programa Minha Casa Minha Vida”. O terceiro  
134 pedaço corresponde à Reserva Pe. Balduino Rambo, que o Estado quer transformar em  
135 reserva ambiental. Sobre este pedaço já falaram com a juíza várias vezes, mas quando  
136 marcam com a Brigada Militar eles não podem porque incendeiam um ônibus e tal. Pellini diz  
137 que estão desde 2015 tentando tirar as famílias de lá. O pessoal já pediu ajuda ao Dr. Ricardo  
138 Schinestsck Rodrigues para tentar retirar as casas de lá. Ana Pellini afirmou que a área está  
139 sendo perdida por que a estrutura pública no Brasil é fraca. O juiz determina que para retirar as  
140 famílias de lá tem que ter uma outra área para realocá-las. Pellini atribuiu à desigualdade social  
141 e à pobreza existente no Brasil a responsabilidade pela incapacidade do Estado frente à  
142 situação. Perguntaram por que não se aproveita o processo para aprofundar as informações.  
143 Marlos destacou que a metodologia do ZEE/RS prevê esta escala de pouca aproximação de  
144 1:100.000 à 1:250.000, sem a pretensão de substituir, por exemplo, a base para licenciamento  
145 ambiental. Marlos agradeceu pelo espaço, atenção e participação, colocando-se à disposição.  
146 Adolfo abriu o microfone para manifestações pedindo que as falas sejam a respeito da bacia do  
147 Rio dos Sinos. Viviane Nabinger, secretária executiva do Comitêsinos, parabenizou Marlos pela  
148 apresentação pedagógica que ele conseguiu fazer, apesar de o instrumento ser extremamente  
149 complexo. Viviane destacou que na linha do tempo apresentada a previsão legal do ZEE é de  
150 1989, mas sua regulamentação ocorreu somente em 2002. Neste intervalo, foram instituídas as  
151 políticas estadual e nacional de recursos hídricos, e pelo visto não houve a oportunidade de se  
152 colocar a água com elemento mais importante para o desenvolvimento da vida (na escassez ou  
153 na abundância). Com isso, Viviane propôs que seja usada a unidade da bacia como unidade de  
154 planejamento. Destacou ainda ser temerário que apenas o poder público e os agentes  
155 econômicos determinem quais as atividades que devem ser desenvolvidas em uma  
156 determinada região. Experiência de mapeamento da planície de inundação, que possibilitou  
157 estancar o ritual de aplicação recursos públicos para construção de residências para pessoas  
158 em situação de vulnerabilidade, justamente em áreas de alto risco. Então, avaliando os  
159 componentes público e econômico (indústria da construção civil), usando a necessidade de  
160 moradia digna e por outro lado, alguns gestores públicos dando anuência a estas situações que  
161 expõem vidas humanas. A partir deste exemplo, Viviane defendeu que é extremamente  
162 temerário colocar apenas estes dois atores. Por conta da legislação de recursos hídricos, que  
163 Viviane avaliou ser inovadora por considerar e prever a participação da sociedade de maneira  
164 ativa, é que talvez possa ser considerado este formato na elaboração do ZEE/RS. Contrapondo  
165 a secretária Pellini, Viviane disse que o Brasil não é um país pobre, afinal os noticiários  
166 mostram diariamente que fortunas não estão sendo investidas onde deveriam. Destacou os  
167 aspectos ambientais, justamente aqueles que não tem como se manifestar. Marlos informou  
168 que as bacias estão sendo consideradas, e que se pudessem aprofundar a metodologia em  
169 outro momento, poderiam deixar isso mais claro, embora seja um grande desafio compatibilizar  
170 as diversas unidades de planejamento e a natureza dos dados base. Domingos Lopes Velho da  
171 FARSUL, relatou que tem participado de todas as oficinas do ZEE/RS, e que os comitês de  
172 bacia tem sido ouvidos. **3) Assuntos gerais:** Adolfo relatou que participou do “II Seminário  
173 sobre Inteligência Territorial para o Desenvolvimento Sustentável das Regiões dos Campos de  
174 Cima da Serra, Hortênsias e Serra”, realizado em Canela, no último dia 08 de maio. Encerrados  
175 os temas previstos na pauta, o presidente agradeceu a participação dos presentes. E, para  
176 constar, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pela  
177 Secretária Executiva e por mim.

São Leopoldo, 08 de junho de 2017.

182 Débora da Silva  
183 Sec. Administrativa

Viviane Nabinger  
Sec. Executiva

Adolfo Klein  
Presidente

184  
185